ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 3670/90 - Apenso Proc. DRECAP-3 nº 1689/08/90

INTERESSADO: LUIZ AFONSO DE OLIVEIRA

ASSUNTO : Recurso contra retenção - EEPG."Pedro II"/Capital.

RELATORA : CONSª DOMINGAS MARIA DO CARMO RODRIGUES PRIMIANO

PARECER CEE Nº 1086/90 APROVADO EM 19/12/1990.

Conselho Pleno

1. HISTÓRICO

Maria Beatriz de Souza, genitora do menor Luiz Afonso de Oliveira, retido na 8ª série do 1º grau em 1989, da EEPG "Pedro II" , 12ª D.E. - DRECAP-3, solicita ao Conselho Estadual de Educação a reconsideração da decisão do Conselho de Classe, que considerou seu filho retido na série, em cinco disciplinas, sem direito a recuperação final, conforme prevê o Regimento Comum das Escolas Estaduais de 1º Grau.

Dirige-se, de início, à direção da escola, questionando o sistema de avaliação utilizado pelos professores das disciplinas nas quais o aluno não obteve média mínima para aprovação: O.S.P.B., Geografia, História, Matemática e Desenho Geométrico.

Alegando ser injusta a retenção de seu filho, a requerente destaca, entre outros, os seguintes pontos:

- que, no ano de 1989, a escola não cumpriu as normas legais em vários aspectos, como:
 - as reposições constantes no Calendário Escolar não foram cumpridas;
 - no Calendário, as reposições deveriam ter sido ministradas até 18/12/89, contudo o ano letivo terminou em 11/12/89, reallzando-se, a partir daí, os conselhos de séries;
 - as aulas de reposição previstas para os dias 14/10, 02/11 e 14/11 não foram ministradas;
 - a prova de Matemática marcada para 11/12/89, foi suspensa, não sendo realizada posteriormente;
 - todas as avaliações da classe, de todos os professores, foram feitas no período de setembro a novembro. O tumulto e a confusão gerada por essa concentração de atividades ocasionaram situações totalmente injustas para com os alunos;
 - a professora de Geografia forneceu um conceito final para a classe e no Conselho de Classe apresentou outro. No caso do requerente o conceito dado em sala de aula foi "C" e o registrado foi "D";

- a professora de Desenho Geométrico agiu da mesma forma;
- as avaliações foram feitas através de trabalhos de pesquisa de grupo, cadernos de alunos, ou simplesmente não foram feitas, embora a legislação mencione vários instrumentos de avaliação, visando medir a aprendizagem;
- as recuperações bimestrais não foram realizadas como determina o artigo 88 do Regimento Comum das Escolas de 1º e 2º Graus;
- não concorda com a Senhora Coordenadora quando atribui ao aluno a responsabilidade da sua retenção;
- o ano letivo de 1989 foi conturbado e atípico mas o calendário escolar foi aprovado pela 12ª DE;
- houve cerca de (5) cinco professores diferentes de O.S.P.B..

A Coordenadora Pedagógica analisa o aluno da seguinte forma:

- apresentava-se de forma agressiva, e desorganizada, o que o fez ser encaminhado várias vezes à sala 1ª da coordenação para orientações;
- quanto ao rendimento escolar, o aluno apresentava rendimento insuficiente, desde o início do ano, em alguns componentes curriculares;
- não entregava os trabalhos e tarefas quando determinados.

A direção da EEPG "Pedro II" esclarece que:

- como Coordenadora Pedagógica, também, acompanhou o desempenho dos alunos, através do Conselho de Classe e Série;
- causou estranheza a manifestação da mãe do aluno somente após a reprovação do filho em quase todas as disciplinas;
- a mãe do aluno como "diretora" que é, só agora achou de se preocupar; se o fizesse durante o ano letivo poderia prestar uma excelente colaboração à escola;
- em relação aos termos da Resolução SE nº 235/87, procurou atendê-los nos prazos previstos, dentro da complexidade do encerramento do ano letivo;
- a mãe do aluno, por várias vezes procurou a direção professores, exaltada e "exorbitando até de sua autoridade tentando pressionar a todos para que aprovassem o filho".

Inconformada com o indeferimento da escola, a mãe do aluno dirigiu-se à 12ª D.E. tecendo uma série de questionamentos sobre o funcionamento da Escola.

A supervisão de ensino, após exame, entendeu tratar-se de "uma mistura de desabafo e recurso.", encerrando o caso, já que a impetrante é Supervisora de Ensino na mesma DE.

A DRECAP-3 solicitou à DE que fosse complementado o protocolado com a documentação exigida pela Resolução SE nº 235/87, com Calendário Escolar de 1989, de reposição de aulas, Ata do Conselho de Classe, informações da direção, manifestando-se com estranheza a cerca de novo pedido de recurso, encaminhado desta feita ao CEE.

A COGSP, analisando os autos e tendo em vista a completa instrução, nos termos da Resolução SE nº 235/87, bem como seu apressamento solicitou, por telefone à 12ª DE providências para inclusão dos documentos arrolados no paragrafo 5º da citada Resolução.

Isto posto e considerando a petição inicial, encaminhou ao Gabinete do Senhor Secretario da Educação, para que fosse encaminhada ao CEE.

2. APRECIÇÃO

Trata-se de requerimento encaminhado a este Colegiado pela genitora de Luiz Afonso de Oliveira, inconformada com a reprovação de seu filho, em cinco (5) disciplinas, na 8ª série do 1º grau, em 1989.

A Lei ns 5.692/71 estabelece, em seu artigo 14, que a função de avaliação deve ficar a cargo dos estabelecimentos de ensino, de acordo com o que dispuse seu Regimento Interno.

O aluno em tela não obteve a média mínima para aprovação, em cinco disciplinas: O.S.P.B., Geografia, História, Matemática e Desenho Geométrico, o que não lhe deu o direito de participar dos estudos de recuperação final, de acordo com o Regimento das Escolas de 1º Grau (Decreto nº 10.623/77, Artigo 8º, Inciso III).

O desempenho escolar do aluno, foi:

COMPONENTES	1º B	2º B	3º B	4º B	CONC. FINAL
Língua Portuguesa	B	B	B	B	B
Inglês	C	D	C	B	C
Educação Física	C	C	A	C	C
Educação Artística	C	C	C	A	A
História	D	D	D	D	D
Geografia	C	C	D	C	D
Ciências Físicas e Biológicas	B	C	C	C	C
Matemática	C	D	E	C	D
Desenho Geométrico	D	D	C	C	D
O.S.P.B.	B	C	D	D	D

O Conselho de Classe avaliou o aluno pelo seu desempenho global, retendo-o nas cinco disciplinas.

A Lei nº 5.692/71 é clara quando afirma que a avaliação do aluno é prerrogativa da escola e deve ser procedida de acordo com as normas regimentais. Os órgãos de Supervisão da S.E. devem zelar para que essas normas sejam cumpridas criteriosamente. Nesse sentido, após análise do Calendário de reposição, dos dias parados, verificamos que, de fato, o período de recuperação teve início antes do término da recuperação de aulas, infringindo assim a legislação.

É inegável que uma greve do corpo docente deve ter trazido sérios prejuízos à aprendizagem do aluno em questão, e aos demais alunos da classe. Mas, espera-se que esses prejuízos tenham sido minimizados, no decorrer do ano letivo, através de medidas tomadas pela escola como: reposição de aulas, reformulação do Calendário, replanejamento, etc. A Delegacia de Ensino deveria ter zelado para que tais medidas tivessem sido tomadas, e, se não o fez, culpa também lhe cabe.

Cabe lembrar que não há, no presente Processo, pronunciamento em caráter conclusivo da supervisão de ensino e da Senhora Delegada quanto ao aspecto acima levantado e quanto ao mérito do caso.

Inconformada com o despacho emitido pela D.E. e DRECAP-3, a mãe do aluno solicitou ao CEE vistas ao Processo, em 24/04/90 e posteriormente, a 13/08/90 sendo atendida em 28/08/90, manifestando-se em 13/09/90.

Concluindo, o estudo do presente Processo evidencia duas situações:

a) de um lado um aluno com rendimento escolar fraco que resultou em sua retenção na 8ª série do 1º grau, e

b) de outro, evidências de falhas administrativas referentes à reposição do Calendário Escolar as quais podem ter agravado mas não foram decisivas para gerar a reprovação do aluno (conforme consta da documentação que instrui estes autos) e que, mesmo assim, devem ser verificadas para apurar a responsabilidade da escola e da Delegacia de Ensino.

3. CONCLUSÃO:

Diante do exposto:

a) indefere-se o recurso impetrado pela mãe de Luiz Afonso de Oliveira contra a retenção do aluno na 8ª série do 1º grau da EEPG "Pedro II", da 12ª DE da DRECAP-3, em 1989;

b) alerta-se a SE para a necessidade da apuração das irregularidades quanto ao cumprimento do Calendário Escolar, em 1989, e da aplicação das medidas cabíveis.

São Paulo, 21 de novembro de 1990.

**a) CONSa DOMINGAS MARIA DO CARMO R. PRIMIANO
RELATORA**

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O Conselho Estadual de Educação aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, aos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 19 de dezembro de 1990.

**a) Censº JOÃO GUALBERTO DE CARVALHO MENESES
Presidente**